

Dodge pede que advogado de empresa do caso Pezão continue preso

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu a manutenção da prisão preventiva do advogado Tony Lo Bianco, que representa uma das empresas do consórcio objeto de investigação e prisão do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB). A manifestação foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal nesta sexta-feira (4/1) em resposta a Habeas Corpus apresentado pela defesa do advogado.

Dodge afirmou que a prisão preventiva foi decretada de forma adequada e que não há como concordar que precisa de fundamentação concreta. Conforme enfatizou, foram examinadas provas de materialidade e indícios de autoria do delito.

"Após depoimento prestado em sede policial, embora o paciente não confirme o episódio ilícito, restou demonstrado que agiu, de forma deliberada e consciente, para destruir provas relacionadas à instrução criminal", apontou.

A prisão cautelar é medida excepcional, mas, de acordo com a PGR, inevitável quando a liberdade do agente põe em risco a ordem pública, a instrução processual ou a aplicação da lei penal. "Deve-se ressaltar que a prisão cautelar tem natureza processual e a dúvida, neste âmbito, milita em prol da sociedade", disse Raquel Dodge.

Lo Bianco foi preso no dia 10 de dezembro acusado de "[atrapalhar as investigações](#)" por ter conversado com outro investigado tê-lo orientado a mudar um documento de lugar. Ele é advogado da empresa Kyocera, uma das integrantes do consórcio que venceu a licitação para as obras de iluminação do Arco Metropolitano, orçada em mais de R\$ 96 milhões. A conversa em que ele orienta o empresário foi grampeada pela Polícia Federal.

O pedido da defesa contesta decisão do ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça, que negou a revogação da ordem de prisão. O advogado Tony Lo Bianco está entre as 15 pessoas denunciadas por Raquel Dodge, em 19 de dezembro, no âmbito do inquérito que apurou desvios de recursos públicos e recebimento de vantagens indevidas por agentes públicos liderados por Pezão — também denunciado e preso de forma preventiva.

Ainda em dezembro de 2018, a defesa de Lo Bianco solicitou que o HC fosse distribuído por prevenção ao ministro Gilmar Mendes, o que foi negado pelo STF. Seguindo os critérios de distribuição, o relator escolhido foi Alexandre de Moraes.

Lo Bianco é acusado de tentar orientar um dos investigados a destruir ou esconder provas relativas à obra de iluminação do Arco Metropolitano, uma das que estão sendo investigadas no inquérito.

Leia [aqui](#) a íntegra da manifestação.

HC 166.453

Date Created

04/01/2019